



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 20 de fevereiro de 2011

A CRITICA sim & não OPINIÃO	1
A CRITICA Dois mil empregos ECONOMIA	2
A CRITICA Dois mil empregos (continuação)..... ECONOMIA	3
A CRITICA Nova empresa aérea regional..... ECONOMIA	4
A CRITICA notas & notas..... ECONOMIA	5
A CRITICA Medidas de crescimento ECONOMIA	6
A CRITICA Ampliação pouco usada ECONOMIA	7
A CRITICA Júlio Ventilari BEM VIVER	8
AMAZONAS EM TEMPO Operações..... CAPA	9
AMAZONAS EM TEMPO Operação do CBA está perto dos 100% ECONOMIA	10
AMAZONAS EM TEMPO Operação do CBA está perto dos 100% (continuação) ECONOMIA	11
AMAZONAS EM TEMPO Confiança mantida sobre o 'disco azul' ECONOMIA	12
AMAZONAS EM TEMPO Confiança mantida sobre o 'disco azul' (continuação)..... ECONOMIA	13
AMAZONAS EM TEMPO Brasil reage à invasão chinesa ECONOMIA	14
AMAZONAS EM TEMPO Brasil reage à invasão chinesa (continuação) ECONOMIA	15
DIÁRIO DO AMAZONAS CAPA	16
DIÁRIO DO AMAZONAS ZFM em alerta..... AMAZONAS	17
DIÁRIO DO AMAZONAS Indústria deve liderar as contratações, diz sindicato AMAZONAS	18

sim & não

CAS e, entre os assuntos, irá discutir aqui a sucessão na superintendência. Pimentel é quem decidirá o assunto.

Esforço Equipe da Suframa deve apresentar na quinta-feira, na reunião do CAS, o mais denso relatório que já produziu sobre a atuação da autarquia nos últimos anos. A equipe faz até extra gráti. O esforço é para tentar manter Flávia Grosso no cargo.

Visita O material produzido pela Suframa tem um alvo: o ministro Fernando Pimentel, que participará da reunião do

Dois mil empregos

JOUBERT LIMA
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

Até o final desse mês – a HRT Oil & Gas, empresa petrolífera que vai explorar petróleo nos municípios de Tefé, Carauari e Coari – começará a perfuração do primeiro poço. Em fase pré-operacional, a empresa já investiu cerca de R\$ 50 milhões e contratou aproximadamente 800 pessoas só para começar a operação. Até o final deste ano, a empresa estará operando com mais de dois mil funcionários, a maioria no interior.

Para dar suporte à perfuração do primeiro poço em Tefé, a HRT contratou 600 pessoas no município. Praticamente todo o pessoal de campo, de geofísica, preparação de base, topografia, montagem, transporte fluvial, apoio logístico, segurança de trabalho, entre outras áreas, foi contratado no próprio município.

A petroleira está fechando acordos com o Governo do Estado para capacitar trabalhadores de Tefé, por meio do Cetam e da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). A ideia do presidente da empresa, Márcio Rocha Mello, é manter a política de prioridade à mão-de-obra local. Mesmo os funcionários de qualificação mais específica, como os engenheiros, foram contratados em Belém, sendo que a maioria é de ex-funcionários da Petrobras.

PRODUÇÃO

O primeiro poço da HRT deve começar a produzir em junho, ainda em teste de longa duração. “Acreditamos que naquela reserva há 800 milhões de barris. Na bacia do Solimões, sempre há 60% de óleo e 40% de gás, ou 60% de gás e 40% de óleo”, disse Rocha Mello. A produtividade esperada em Tefé é maior que a das reservas de Urucu, em Coari, algo em torno de 2,5 mil barris por dia, segundo as estimativas.

E esse será apenas o primeiro poço. A empresa planeja perfurar 12 este ano, e 24 em 2012. Oito perfurações deste ano já estão licenciadas pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam).

BENEFICIAMENTO LOCAL

O processamento do petróleo e do gás retirados de Tefé e Carauari pela HRT será feito nos próprios municípios. Há planos para produção de fertilizantes – amônia, ureia e metanol – a partir do gás natural em Tefé. Um dos fatores que concorrem para isso é a própria precariedade das vias de transporte no interior. “Na Amazônia, se tem que fazer qualquer coisa que envolva transporte, significa custo, tempo e muito dinheiro. O ideal é que se consiga fazer todo o beneficiamento no local”, comentou Rocha Lima.

Outra possível utilização para o gás natural é a geração de eletricidade. O empresário cogita a possibilidade de construir pelo menos uma termelétrica de grande capacidade em Tefé ou Carauari. A transmissão da energia seria feita através de uma rede que passaria sobre a copa das árvores.

Uma ligação com o sistema nacional em Porto Velho permitiria à usina amazônica fornecer energia para o restante do País. Um projeto audacioso, que depende da confirmação das reservas e da produtividade previstas para a HRT.

Se todo o potencial dos poços de Tefé for confirmado, o município poderá, em poucos anos, se transformar em uma nova “Coari”, dispondo de fartos recursos oriundos dos *royalties*, pagamentos que a empresa exploradora deve fazer diretamente ao município onde ocorre a exploração. Se a produção nos campos de Tefé já estivesse, hoje, a todo vapor, a HRT já estaria pagando duas vezes mais *royalties* do que a Petrobras paga a Coari. Enquanto isso, Tefé respira esperança de que, em junho, o petróleo comece a jorrar.

Dois mil empregos (continuação)

Entrevista >

Márcio
Rocha Mello

“Ou a gente
treina ou
ficamos mal
servidos”

Qual o principal benefício que a atuação da HRT trará para Tefé?

Empregos. Até o final de 2011, terá mais de 2000 empregos, sempre que possível, localmente. Nesse primeiro momento, pegamos 600 pessoas em Tefé.

Não há dificuldade para encontrar pessoal capacitado?

O problema todo é capacitação de mão-de-obra, as sondas são todas computadorizadas. Então, vamos colocar uma escola de sondas. Ou a gente treina ou ficamos mal servidos. Vamos conversar com Governo para que o curso seja oferecido em Tefé. A HRT prioriza gente da Amazônia.

Que tipo de apoio já está em andamento no município?

Estamos com plano em Tefé para montar unidade de terapia intensiva. Somos uma empresa pública, temos que fazer tudo para beneficiar a companhia e a comunidade. Constatamos que a malária é grave em Tefé, e não há recursos para microscopistas. Estamos fechando uma parceria com o Governo e Vigilância Sanitária para que a HRT possa entrar total nisso.

Nova empresa aérea regional

Diante da falta de voos para atender sua demanda, HRT comprou aviões e criou sua própria companhia

As operações de perfuração no interior exigem que a HRT providencie o transporte de até 8 mil pessoas só este ano. Como não há aviões disponíveis nem para alugar, a empresa criou sua própria companhia aérea, a Click, que começa a operar com equipamentos próprios daqui a dois

meses. Foram adquiridos dois aviões Brasília e um cargueiro. Uma quarta aeronave deve chegar em 2012, quando a Click começará a voar comercialmente.

“Estamos ainda resolvendo questões burocráticas junto à Anac (Agência Nacional de Aviação Civil). Vamos revolucionar a aviação regional na

Amazônia”, comenta o presidente da HRT, Márcio Rocha Mello.

Atualmente, a Click está operando por meio de uma parceria de leasing com uma companhia local. A empresa dá suporte logístico no transporte dos funcionários que atuam no interior, uma vez que o regime de traba-


lho é de 15 dias em campo por 15 de folga.

Além dos aviões, a HRT também comprou nove helicópteros. A via aérea é a única forma de transportar as sondas até o local de perfuração. Os equipamentos estão sendo levados em pedaços pelos helicópteros e montados no local da perfuração.

notas & notas

UP GRADE



 Flávia Skrobot Grosso, titular da Suframa, foi agraciada esta semana com a Medalha de Honra ao Mérito “Poeta Hemetério Cabrinha” concedida pela Academia de História do Amazonas, pelos altos serviços prestados aos povos do Amazonas, da Amazônia e do Brasil. /

Manaus, domingo, 20 de fevereiro de 2011.

Medidas de crescimento

A presidente Dilma Rousseff assumiu o governo do País sempre promissor. Um País que continua sendo do futuro e que demanda ações contundentes do Governo Federal. Não basta dar continuidade ao que foi feito pelo ex-presidente Lula. O governo anterior consolidou a estabilidade econômica, o que dá ao novo governo condições de fazer o que, há muito, deveria ter sido feito em diversas áreas. Na área econômica, é passada a hora de se reduzir o custo Brasil e as taxas de juros a níveis compatíveis aos de países desenvolvidos, aumentar a capacidade de investimentos

públicos e privados. É mandatória essa reforma tributária e a redução da burocracia para facilitar a atividade das empresas no País. Faz-se urgente diminuir o custo da máquina pública, que consome boa parte do PIB, elevar o nível do serviço público com o estabelecimento de metas e estabelecimento da meritocracia no funcionalismo público. O País pede investimentos em infraestrutura, começando pela modernização e ampliação de portos e aeroportos. O Poder Público deve fazer sua parte para motivar a iniciativa privada a participar dessa mobilização.

Para continuar a crescer, o País terá que superar suas próprias limitações e sanar o déficit de infraestrutura já fator de perda de competitividade. São obras que pedem urgência, sem prescindir de planejamento, orçamento real, projeto e execução, para que não resultem inacabadas e sem favorecer o ambiente de negócios e dos cidadãos.

O governo precisa estabelecer uma política industrial de verdade, favorecendo os investimentos feitos no território nacional e, principalmente, os empregos gerados por esses investimentos. O País não pode

**Wilson
Périco**

e-mail:
sinaees@
sinaees.com.br



se acomodar sendo fornecedor apenas de produtos primários, tem que investir e estimular as pesquisas e os setores de alta tecnologia e ganhar competitividade para exortar, também, produtos manufaturados, com valor agregado.

Na Saúde, em vez de buscar aumentos de arrecadação (CPMF), o governo federal deve melhorar a gestão do serviço público de saúde. A precariedade do saneamento básico, que traz tantos problemas, exige ação prioritária já que mais de um terço da população brasileira não tem

acesso a nenhuma forma de coleta de esgotos. É na educação onde mais precisamos avançar. Se pensarmos em uma sociedade futura diferente, educação é primordial. Garantir educação de qualidade, com professores remunerados adequadamente e levar à escola todos os que têm entre quatro e 17 anos de idade. Com investimento no fortalecimento da educação, o país estará pronto para atender as demandas do crescimento. Não comentei nenhuma novidade, são todos desafios "velhos" para o novo governo.

Ampliação pouco usada

Extensão do benefício de quatro para seis meses ainda não emplacou nas empresas da Zona Franca

CINTHIA GUIMARÃES
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

A extensão da licença maternidade de quatro para seis meses, que hoje é opcional para a iniciativa privada, ainda é pouco adotada pelas empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM). Mas há exemplos positivos: empresas como Technos, Tecnicolor, Whirlpool, Masa da Amazônia já adotaram a medida como uma política empresarial.

A Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) não possui levantamento quantitativo das empresas que participam do "Programa Empresa Cidadã", estabelecido pela Lei 11.770, de 09 de setembro de 2008, que prorroga a licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal. A duração da licença-maternidade de 120 dias é prevista no artigo 7º da Constituição Federal.

As grandes empresas recebem dedução de impostos federais, caso estendam a licença para suas funcionárias em mais dois meses. Durante esse período, a empregada terá direito à sua remuneração integral, porém, não poderá exercer outra atividade remunerada, nem manter a criança em creche. De acordo com os médicos, este período é muito importante para o bom desenvolvimento da criança e para estabelecer o vínculo dela com a mãe.

ASSUNTO EM DISCUSSÃO

Segundo o vice-presidente da Fieam, Athaydes Mariano Félix, o acordo coletivo assinado pelas indústrias instaladas em Manaus dos segmentos eletroeletrônico, duas rodas e metalúrgico, prevê cinco meses de afastamento. O acordo tem vigência até agosto de 2011. "A decisão de oferecer licença-maternidade no período de seis meses é individual de cada organização", acrescentou Félix.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, Valdemir Santana, disse que em 2010 foi negociado, mediante convenção coletiva, dois meses de estabilidade profissional após a licença maternidade de 120 dias. Ou seja, as mães trabalhadores terão dois meses de garantia de permanência no trabalho após voltarem à função. "Estamos trabalhando na nossa pauta de reivindicações para os trabalhadores do setor metalúrgico e de eletroeletrônico a prorrogação da licença", informou.

Para o presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees), Wilson Périco, ainda há dificuldade dos empresários em negociar maior prazo da licença maternidade. "A tendência é que a maioria das empresas migrem, mas ainda há restrição porque as pessoas passam muito tempo fora do trabalho. Se for uma questão legal



Montagem de placas e verificação final de componentes são atividades que exigem a atenção característica feminina

Elas adotaram

Whirlpool
Technos
Masa
Tecnicolor
Ambev
Petrobras
Nestlé

obrigando a conceder esse período maior não há problema para as empresas", pontuou.

De acordo com o presidente da Força Sindical no Amazonas, Vicente Filizola, o assunto também está na pauta dos trabalhadores dos setores gráfico, químico, relojoeiro, de brinquedos e magnéticos.

Participação

A força de trabalho feminina do Polo Industrial de Manaus (PIM) é de 31.744 mil trabalhadoras, ou seja, 29,49% do total da mão-de-obra industrial. Os números são da Suframa.

obrigatório

Ano passado, o Senado Federal aprovou em segundo turno, a obrigatoriedade da concessão de licença-maternidade de seis meses, através de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia o benefício à iniciativa privada e a todas as esferas do poder público. A proposta hoje está tramitando na Câmara dos Deputados.

Antes da Lei 11.770/2008 ser sancionada, já vinha sendo aplicada em algumas cidades e Estados. De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), 22 Estados já adotaram a medida.

Em 2007, a Prefeitura de Manaus sancionou projeto de lei concedendo seis meses de licença maternidade para as servidoras municipais. À época o município tinha mais de 20.176 servidoras. Segundo a Constituição, a mulher tem direito a quatro meses de licença-maternidade. A lei municipal beneficia também a servidora pública que adotar uma criança ou obtiver guarda judicial para fins de adoção.

O benefício também se estendeu às servidoras do Legislativo municipal, acrescentando a elas outra vantagem. A lei dá direito a horário de trabalho diferenciado, beneficiando mães de crianças portadoras de necessidades especiais.

Júlio Ventilari

Na agenda

- A comitiva do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, chegará a Manaus na quarta-feira.
- À noite, Nejmi e o governador Omar Aziz receberão o grupo para jantar no Village.
- No dia seguinte, Pimentel fará um sobrevoo em helicóptero pelo PIM e a área metropolitana da cidade; visitará a Samsug e a Moto Honda e participará da reunião do CAS.

Linha produtiva

- A primeira reunião do ano do Codam acontece na quarta-feira.
- Pelo menos 23 projetos industriais serão avaliados.
- Investimentos em torno de R\$ R\$ 158 milhões.

Telhado ecológico

Apostando nos negócios da biodiversidade, Kleber Loureiro instalou no PIM uma fábrica de telhas ecológicas coloridas. A inauguração da Intama terá direito a festa para convidados dia 16 março no Elegance. Com o acústico de Tom Cleber como atração.

Franqueado

Com o mercado para a Copa do Mundo de 2014 turbinado, a franquia da Wilson pode ser uma das grifes esportivas a chegar a Manaus antes do evento. As articulações para fechar o contrato estão evoluindo.

Operações

CBA 'sai do papel', após uma década

Quase dez anos depois da inauguração, o Centro de Biotecnologia da Amazônia vai abandonar a condição de "elefante branco" da Suframa. **Economia B1**

Operação do CBA está perto dos 100%

VALÉRIA COSTA

Equipe do EM TEMPO

valeriacosta@emtempo.com.br

Por trás de uma estrutura de 12 mil metros quadrados de área construída e dos esboços de pássaros e aves distribuídos, assimetricamente, sobre uma cerâmica branca, se criou no imaginário público a ideia de que o prédio do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) seria um 'elefante branco'. Entretanto, quase uma década depois da inauguração, o empreendimento se prepara para ter 100% de seus 25 laboratórios e unidades adjacentes montados até o final deste ano.

"O centro não poderia começar a funcionar de uma hora para outra, como se esperava. Esses dez anos foram dedicados à estruturação, fase que deve ser concluída até dezembro", explicou o coordenador-geral de implementação do CBA, Imar César de Araújo. De acordo com ele, a estrutura não se constitui em um instituto de pesquisa, mas em um órgão que trabalha com a inovação tecnológica voltada para a biodiversidade amazônica.

O superintendente-adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Elilde de Menezes, destacou que o CBA tem quatro motes: a oferta de projetos especiais; a incubadora de base tecnológica; a consultoria e serviços tecnológicos estratégicos. São quase 200 desenvolvedores de projetos, a maioria bolsistas – entre doutores, pós-doutores, mestres e especialistas.

De acordo com os dois gestores, nem todos os projetos em andamento nos laboratórios e unidades do centro podem ser divulgados. "O que podemos afirmar é que o CBA é um conjunto de laboratórios que trabalham conectados, como em uma linha de produção. Há uma entrada de insumos que sai numa outra ponta como

um produto ou um processo", acrescentou Mota.

Segundo o superintendente, o centro atende a demandas de empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM), principalmente daquelas ligadas à biodiversidade. Ele citou, como exemplo, testes de laboratório conhecidos como 'tempo de prateleira', em que o CBA é o único da Amazônia apto a fazer. "Analisamos o tempo em que o produto pode ficar exposto sem perder a consistência e se degradar. Esse foi um dos grandes problemas tecnológicos que a empresa Bombons Finos vinha enfrentando, nas exportações de seus produtos", explicou Mota.

"Também fazemos serviços laboratoriais para empresas, como as que querem investir em frutos da Amazônia. O CBA tem autorização de acesso e fazemos prospecção pura da biodiversidade", enfatizou o dirigente.

Os quase 200 funcionários do centro são, na maioria, bolsistas, entre doutores, pós-doutores, mestres e especialistas

Projetos em andamento

O bioquímico paulista Yamane Itsuo, de 70 anos, participa do CBA desde a sua concepção, nos idos de 1997, em Brasília. Ele afirmou que a solução para o Amazonas no setor é a energia solar e a utilização de biodiesel gerado de óleos vegetais.

No laboratório de química de produtos naturais, comandado pelo pesquisador José Cabral, são feitos o isolamento e purificação de substâncias. Segundo ele, o item chega coletado ao centro e segue para a Central de Produção de Extratos, onde se consegue o 'extrato seco'.

Operação do CBA está perto dos 100% (continuação)

Obstáculos jurídicos

Em quase dez anos de existência, o CBA se tornou um dos principais problemas da administração da Suframa e de outras três pastas ministeriais, uma vez que – como é ligado à autarquia – o órgão não tem personalidade jurídica e, por conta disso, teve que reprimir seu crescimento organizacional drasticamente.

Para contratar especialistas, mestres e doutores, o centro teve que lançar mão do sistema de bolsas. Além disso, como a Suframa não pode emitir notas fiscais ou fechar contratos com empresas prestadoras, também teve que utilizar métodos alternativos para poder fechar acordos e convênios. Entidades como a Fapeam, Unisol e Fundação Amazônica da Defesa da Biosfera (FDB), foram algumas que 'emprestaram' seus modelos jurídicos para socorrer o CBA.

No ano passado, o órgão assinou um Termo de Parceria de cinco anos com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) de Brasília, para que operasse na gestão do CBA. "Como tanto o centro, quanto a Suframa não podem emitir notas, precisamos de uma empresa que empreste o CNPJ para fazer esses trabalhos", ratificou Elilde Mota.

Os dirigentes do CBA se dizem cautelosos com a promessa feita pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, de solucionar o entrave, pois sabem que as mudanças têm que ser aprovadas pelo Congresso Nacional. Entre as propostas para a 'regularização', está a criação de uma empresa pública, vinculada diretamente ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e gerida por conselho de administração.

Investimentos e orçamento

O CBA – que é ligado à estrutura administrativa da Suframa –, já consumiu R\$ 91,5 milhões de recursos provenientes, na maior parte (R\$ 68,8 milhões), da autarquia. O restante foi obtido junto aos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e de Ciência e Tecnologia (MCT), da iniciativa privada e de pequenos aportes concedidos por instituições de pesquisa.

Neste ano, segundo Mota, o orçamento previsto para o CBA é de R\$ 4,5 milhões (que poderá ou não ser repassado), sendo R\$ 4 milhões provenientes da Suframa, autarquia ligada ao MDIC, e o restante repassado pelo MCT. Porém, na avaliação do superintendente, o orçamento ideal para a manutenção do centro de biotecnologia seria de R\$ 12 milhões anuais.



Imar de Araújo (à esquerda) e Elilde de Menezes afirmam que o orçamento previsto para o CBA é de R\$ 4,5 milhões, sendo 88% desse valor provenientes da Suframa

Confiança mantida sobre o 'disco azul'

Mesmo sem forte aceitação no mercado, tecnologia Blu-ray ainda é aposta

ALYNE ARAÚJO
Equipe do EM TEMPO
alynearaujo@emtempo.com.br

Após um ano de produção no Polo Industrial de Manaus (PIM), o disco Blu-ray – criado em 2006 para armazenar vídeos em alta definição – pode ainda não ter emplacado, mas o produto segue com credibilidade junto aos investidores. Produzido pela Microservice, no parque local, desde dezembro de 2009, o item teve 256 títulos lançados em 2010 e mais de 1,3 milhão de unidades vendidas.

O volume representa mais de 300% de crescimento nas receitas da empresa. A expectativa para este ano é de que essa marca possa ser ultrapassada conforme a demanda feita pelo mercado consumidor. De acordo com a gerente de marketing da empresa, Cibele Calçada, o objetivo para 2011 é produzir um volume ainda maior de unidades.

“Nossa expectativa é de que o mercado deva dobrar de tamanho em termo de produtos vendidos. Basta observar que existem 4 milhões de televisores de LCD para 400 mil aparelhos, ou seja, há um potencial muito grande de crescimento”, afirmou.

A executiva disse acreditar que o mercado ainda pode ser bastante impulsionado. “Houve retração nos preços dos players e, consequentemente, o aumento das vendas de televisores de LCD. Enquanto isso, o mercado de DVDs e CDs está estável, o que é positivo, pois parou de cair”, comentou.

Atualmente, a capacidade de produção da empresa é de 400 mil unidades de Blu-ray por mês. A empresa deve acompanhar o ritmo de mercado do produto e aumentar ainda mais a quantidade produzida este ano. Por enquanto, a fabricante

atende somente o mercado nacional, com uma carteira de clientes composta pelas áreas de cinema e música, editorial, corporativos entre outros.

Na avaliação da gerente, o mercado de Blu-ray ainda apresenta potencial para se desenvolver plenamente e alcançar um número maior de usuários. “A mídia 3D está em franca expansão no Brasil. O consumidor brasileiro gosta de aparelhos que possam oferecer conforto, ou seja, melhor imagem e som dentro da própria casa, o que faz com que o player tenha tudo para alcançar um grande número de usuários”, enfatizou.

Novidades para 2011

Para este ano, a Microservice aposta em novos produtos na linha Youts, marca própria de bens de consumo eletrônicos. “Vamos entrar com a linha de pendrives e cartões de memória. Já introduzimos os Blu-rays graváveis na linha de storage. Ainda não podemos adiantar detalhes, mas outros produtos na linha de eletrônicos serão lançados”, destacou Cibele.

Além dessa linha, segundo ela, no fim do ano passado, foi anunciada a ampliação da capacidade de produção de plásticos (chapas para aplicações na indústria alimentícia e linha branca). “Com isso expandiremos a penetração em outros segmentos de mercado, como por exemplo, a nossa marca de motocicletas com novos modelos e ampliação na rede de concessionárias. Assim também poderemos definir novos investimentos para a ampliação das linhas”, salientou.

Quanto a contratações, a executiva informou que serão feitas, principalmente, nas áreas de desenvolvimento de produtos e na fabricação das motos em Manaus.

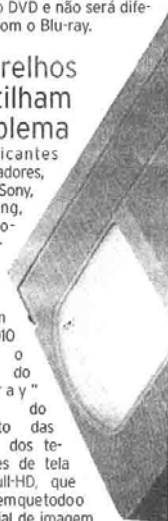
Um mercado promissor

De acordo com o presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Eletroeletrônicos (Sinaes), Wilson Périco, apesar de ainda não ter ‘decolado’ rapidamente como se esperava, o mercado de Blu-ray é promissor. “Isso porque muitas empresas ainda pretendem se instalar em nosso parque fabril local para a produção do aparelho”, afirmou. “Além disso, essa tecnologia ainda sofre muito com a concorrência dos importados, o que não a impede de alcançar um grande espaço”, completou. Ele encerrou dizendo que foi assim o DVD e não será diferente com o Blu-ray.

Aparelhos partilham problema

Fabricantes de tocadores, como Sony, Samsung, Panasonic, Philips e LG, apostavam que 2010 seria o “ano do Blu-ray” diante do aumento das vendas dos televisores de tela fina full-HD, que permitem que todo o potencial de imagem do disco seja explorado. As vendas de fato tiveram alta expressiva entre janeiro e agosto do ano passado, de 300%, segundo pesquisas. Mas representaram apenas 4% das vendas de players – a comercialização de tocadores de DVD continua subindo no Brasil. Os esforços, assim, foram dobrados, e toda a expectativa foi depositada, agora, em 2011.

A Sony passou a oferecer seu produto mais simples a R\$ 449, evidenciando o movimento da



Confiança mantida sobre o 'disco azul' (continuação)

Cronologia

Década de 70
Videocassete:
Trouxe para as residências os filmes e seriados, antes

Década de 90
DVD: Com imagem e som de melhor qualidade, propôs interatividade com conteúdo, além de oferecer informações extras.

Anos 2000
Blu-ray: Criado pela empresa japonesa Sony, o Blu-ray, se torna o formato oficial para exibição de vídeo em alta definição.

indústria para estimular as vendas dos tocadores. Pela Samsung, quem adquiriu um player no fim do ano passado levou para casa, de graça, três filmes. A empresa também passou a fazer campanhas nos pontos de venda para explicar a tecnologia. A LG, que almeja chegar até dezembro na liderança do setor, aumentou a distribuição de seus produtos e, como os concorrentes, lança, em março, as novas linhas.

DIVULGAÇÃO

Desde dezembro de 2009, a fabricante Microservice produz, em média, 400 mil unidades de Blu-ray disc por mês no Polo Industrial de Manaus (PIM)



Brasil reage à invasão chinesa

Pacote de medidas, em análise pelo governo federal, promoverá a defesa do país em favor da indústria nacional. Ideia é restringir importação desenfreada

O governo se prepara para anunciar, ainda este mês, medidas para proteger a indústria contra a enxurrada de produtos chineses que invadiu o mercado nacional.

Porém, essa proteção não será geral e irrestrita. Ainda que boa parte das reclamações da indústria encontre respaldo no Palácio do Planalto, os mesmos que acenam com mudanças no tratamento dispensado aos chineses também reconhecem que algumas das dificuldades das empresas brasileiras são decorrentes de problemas locais.

Além disso, as defesas não podem fechar as portas para o maior comprador de produtos brasileiros do planeta. O desafio não é trivial. O Ministério do Desenvolvimento e o Itamaraty terão de trabalhar em perfeita sintonia para atender, simultaneamente, os

que penam com a concorrência chinesa e aqueles que se beneficiam do desempenho da segunda maior economia do mundo.

De acordo com fontes con-

Itamaraty não quer transformar chineses em uma espécie de bode expiatório das dificuldades da indústria nacional

sultadas no Planalto, no Ministério do Desenvolvimento e no Itamaraty, os entraves nas relações comerciais entre os dois países ainda são pequenos diante da "brutal

oportunidade" que o mercado chinês representa para as empresas brasileiras.

Uma das preocupações do Itamaraty é não transformar os chineses em uma espécie de bode expiatório das dificuldades da indústria nacional. "A China gera problemas, mas não podemos dizer que todos os nossos problemas são provenientes da China", explica uma das fontes envolvidas nas discussões.

A falta de competitividade das empresas nacionais é um exemplo de entrave de natureza local, reconhecido pelo próprio governo brasileiro e lembrado por Pequim. "Os problemas que alguns setores industriais do Brasil encontram não têm sua origem na China. Eles têm de fortalecer a própria competitividade econômica e comercial", disse à reportagem o embaixador chinês no país, Qiu Xiaoqi.

Brasil reage à invasão chinesa (continuação)

Carga tributária é desfavorável

O próprio governo contribui para agravar essa situação, seja pela forte carga de impostos ou pela demora em deslançar investimentos que melhorem a infraestrutura

"É fácil criticar a China pela questão do preço, mas o fato é que o preço praticado no Brasil é muito alto", afirma Tang Wei, secretário-geral da Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico. "Os preços brasileiros não são competi-

vos em lugar nenhum do mundo", acrescenta.

Embalada por uma expansão forte e contínua nos últimos 30 anos, a China investiu pesado na melhoria e ampliação de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos e as empresas aplicaram muito dinheiro em máquinas novas, garantindo uma escala de produção gigantesca e relativamente barata. Essa é uma questão estrutural que afeta tanto o Brasil

quanto o resto do mundo, ponderam os representantes do governo brasileiro.

O ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, já deixou claro que terá uma postura mais proativa. "Não hesitaremos em fazer uso de mecanismos de defesa comercial quando forem cabíveis. Estaremos sempre atentos a práticas ilegais que prejudiquem a indústria brasileira", disse o ministro ao assumir a pasta.

Autoproteção sem excessos

Atender demandas não significa, entretanto, ações indiscriminadas contra todos. Os técnicos do governo sabem que medidas de defesa precisam ser cuidadosamente analisadas para atingir apenas os segmentos que verdadeiramente sofrem concorrência danosa. Excessos nessa seara geram mais prejuízos que benefícios.

Para o Itamaraty, práticas desleais de comércio, como contrabando, não serão resolvidas com medidas de defesa comercial. "Contrabando é caso de polícia", resumiu uma fonte.

O governo brasileiro também não tem muita margem de manobra para aumentar os impostos de importação. Por causa das regras do Mercosul, o Brasil só pode

elvar alíquotas se obtiver concordância dos demais integrantes do bloco ou incluir os produtos na lista de exceção que cada país tem direito.

A primeira alternativa é um caminho complexo politicamente. A segunda opção esbarra em um obstáculo prático: a lista de exceção só pode ter cem itens e a do Brasil já tem 96.

CAPA

Mercado tem vagas, mas com salários baixos

AMAZONAS 10 | A indústria, o comércio e o setor de serviços estimam abrir 14,5 mil novas vagas neste primeiro semestre, mas com vencimentos limitados de, em média, até um salário mínimo e meio.

ZFM em alerta



**Arthur
Virgílio**

O AUTOR É DIPLOMATA

A visita de Barack Obama é precedida por diálogos bilaterais, que visam a compor agenda proveitosa e harmônica entre os dois países. Há contenciosos de peso, a exemplo dos subsídios agrícolas concedidos pelo governo americano e que são fortemente prejudiciais ao agronegócio brasileiro.

A política industrial do Brasil estará também em xeque. Os EUA fizeram consulta à OMC sobre a legalidade do financiamento à indústria bra-

sileira que, para eles, estaria fora dos limites por ela estabelecidos. E o Itamaraty foi questionado sobre os incentivos fiscais contidos na Lei de Informática e, também, os que viabilizam o Polo da Zona Franca.

Diferença fulcral: os incentivos à indústria de bens de informática abrangem todo o território nacional, diferentemente do espírito do Decreto 288, que limitou a Manaus a validade dos benefícios. O primeiro caso talvez até pudesse ser comparado aos subsídios agrícolas sustentados pelos EUA. Talvez!

O segundo é apenas a repetição do que esse país amigo, através de generosa política de incentivos fiscais, julgou estratégico e necessário desenvolver o Tennessee Valley. A Itália não agiu diferente no complicado Mezzogiorno, assim como a França no seu Midi. Logo, é descabido incluir a ZFM na pauta de negociações Brasil-EUA.

O modelo que nos alimenta a economia enfrenta problemas inevitáveis e verdadeiros. Não preci-

samos que artificializem novas dificuldades.

Delicado, por exemplo, é o acórdão do STF, que possibilita às demais unidades federadas desconhecem o crédito de ICMS sobre o que se fabrica no PIM. Como ressaltam os economistas Serafim Corrêa e José Alberto Machado, faz-se necessária ação imediata e competente, sob pena de a ZFM perder densidade: a) pelo prejuízo imediato em si mesmo; b) pela ameaça evidente ao polo de componentes; c) pelo clima de insegurança jurídica que, uma vez insta-

lado, afugentaria novos investidores e tornaria conservadores os tradicionais.

Sobre o processo de fragilização do polo de componentes, o presidente da Aficam, Cristóvam Marques Pinto, pontua que, a partir da crise de 2008, cresceu exponencialmente a importação de componentes do exterior pelo polo de motocicletas. O quadro tende a se tornar mais grave agora.

Falando em problemas reais, lamentando o contingenciamento de recursos próprios da Suframa, que tem sido tratada a pão e água e não mais investe em obras de infraestrutura na Amazônia Ocidental e no Amapá. Volto aos problemas específicos do PIM, lembrando que o gasoduto solenemente inaugurado ainda não funciona e muitas empresas já sofrem apagões. No último dia 18, por exemplo, dez fábricas pararam suas linhas de produção por seis horas, por falta de energia.

Não precisamos de embaraços falsos. Os concretos já nos atormentam demais.

**O modelo que nos
alimenta a economia
enfrenta problemas
inevitáveis e verdadeiros.**

**Não precisamos que
artificializem novas
dificuldades".**

Indústria deve liderar as contratações, diz sindicato

O Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal-AM) informou que a indústria está prevendo a abertura de 10 mil novas vagas para o primeiro semestre e que o maior volume de contratações deve ocorrer logo após o carnaval.

Os segmentos com maior número de vagas são as indústrias de eletroeletrônicos e duas rodas. De acordo com o Sindmetal-AM, com a reabertura da fábrica da Gradiente e a expansão do parque industrial da Moto Honda mais de 3 mil trabalhadores foram contratados em janeiro e fevereiro. Na avaliação do sindicato, até o meio do ano 130 mil pessoas estarão contratadas. No início de 2011, cerca de 120 mil colaboradores trabalhavam no Distrito Industrial.

As contratações na maior parte

são para auxiliares de produção que ganham salário inicial de R\$ 666,70 mais benefícios como alimentação, transporte e plano de saúde.

Já o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Material Plástico de Manaus (Sindplast), Francisco Brito, lamenta o fato do setor não estar contratando mas demitindo na maioria das fábricas.

“A nossa categoria não está fazendo contratações a não ser algumas pontuais de grandes empresas como a Componel Indústria e Comércio (empresa do grupo CCE) que contratou na última semana 10 a 15 trabalhadores”, lamentou Brito.

Segundo o presidente, estão acontecendo mais demissões que admissões no setor.